CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

PROVA ESCRITA CONHECIMENTOS GERAIS

GRELHA DE CORRECÇÃO

Nota:

As indicações constantes da grelha reflectem as soluções que se afiguram ser as mais correctas para cada uma das questões formuladas. Porém, não deixarão de ser valoradas outras opções, desde que plausíveis e alicerçadas em fundamentos consistentes.

1 DE NOVEMBRO DE 2019

Centro de Formação Jurídica e Judiciária
Direcção

GRUPO I

Leia atentamente as questões que se seguem e escolha a resposta mais correcta, ASSINALANDO por meio de um CIRCULO a respectiva Letra:

1) Os tribunais são órgãos de soberania incumbidos de administrar a justiça em nome do povo moçambicano. Dai que, a função judicial seja exercida:

a) Pelo Tribunal Supremo, órgão Superior do Poder Judicial.
b) Pelo Tribunal Supremo, Tribunal Administrativo e Conselho Constitucional tendo em conta que são ambos órgãos de soberania.
c) *Através do Tribunal Supremo e demais tribunais estabelecidos na lei (art.º 1 e 2 da LOJ).*
d) Pelo Tribunal Supremo coadjuvado pelos Tribunais Judiciais de 1ª Instancia.

2) Nos termos da Lei da Organização Judiciária, a competência dos tribunais em razão da matéria implica que:

a) *As causas que não sejam, por lei, atribuídas a outra ordem jurisdicional, são da competência dos tribunais judiciais.*
b) O Tribunal Supremo, Tribunais Superiores de Recurso, Tribunais Judiciais de Província, Tribunais Judiciais de Distrito, Tribunal de Menores, Tribunais de Trabalho só julgam matérias cíveis, criminais, de família e menores e laborais, respectivamente.
c) Os tribunais judiciais comuns só podem julgar matérias constantes das suas competências previstas na lei e no âmbito da sua jurisdição.
d) Nenhuma das afirmações está correcta.

3) O princípio do Pluralismo Jurídico patente no artigo 4.º da CRM está assente na ideia de que o Estado reconhece os vários sistemas normativos e de resolução de conflitos que coexistem na sociedade Moçambicana, na medida em que não contrariem os valores e os princípios fundamentais da Constituição. É

Centro de Formação Jurídica e Judiciária
Direcção

nessa perspectiva que os Tribunais Comunitários, por exemplo, podem ser qualificados como sendo:

a) Verdadeiros tribunais estaduais tendo os juízes comunitários poderes jurisdicionais.
b) Instâncias de resolução de conflitos que estimulam a participação cívica e o acordo entre as partes tendo em vista a absoluta economia processual.
c) Instancias institucionalizadas de resolução de conflitos, independentes dos tribunais judiciais e que julgam de acordo com o bom senso e equidade, de modo informal, de profissionalizado que atende aos valores sociais e culturais da sociedade moçambicana.
d) Um dos meios alternativos de resolução de conflitos, independentes dos tribunais judiciais e que julgam de acordo com o bom senso e equidade, de modo informal, desprofissionalizado, privilegiando a oralidade e que atende aos valores sociais e culturais da sociedade moçambicana, sempre com respeito pela Constituição.(art.º 5 da LOJ)

4) De acordo com o Estatuto dos Magistrados Judiciais, os Juízes de Direito que actuam junto dos Tribunais Judiciais de Província tomam posse:

a) Perante o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial.
b) Perante o Presidente do Tribunal Superior de Recurso da respectiva área de jurisdição.
c) Perante o Presidente do Tribunal Judicial de Província da respectiva área de jurisdição.
d) Perante o Presidente do Tribunal Supremo.

5) A autonomia do Ministério Público patente na Constituição e nos Estatutos da Magistratura do Ministério Publico está estritamente relacionada:

a) Com a independência do Ministério Público perante o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público.

Centro de Formação Jurídica e Judiciária
Direcção

b) Com ausência de relação de subordinação entre os Procuradores da República-Chefe e os demais, no que tange ao exercício da acção penal.

c) Com a proibição de um qualquer regime de infra-ordenação do Ministério Publico relativamente aos órgãos políticos no que concerne ao exercício das suas competências próprias em sede judiciária.

d) Nenhuma das afirmações está correcta.

6) O princípio da participação de advogados, defensores públicos e assistentes jurídicos, previsto na Lei da Organização Judiciária implica, para os mesmos:

a) Que devem exercer o patrocínio judiciário sempre que para tal forem solicitados.

b) Que no exercício da sua actividade encontram-se vinculados a critérios de legalidade e às regras deontológicas definidos para a profissão respectiva. (art.º 21 da LOJ)

c) Que no exercício do patrocínio judiciário e tendo em conta a fixação dos honorários, estão vinculados aos limites impostos por despacho do juiz da causa.

d) Nenhuma das afirmações está correcta.

7) O Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos foi estatuído:

a) Pelo Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo à Criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.

b) Pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta)

c) Pelos Estados membros da União Africana.

d) Pela Conferencia dos Chefes do Estado e do Governo dos Estados-membros

8) Moçambique ratificou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre o Estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP) em:

a) 17 de Julho de 2004

b) 18 de Novembro de 2005

c) 17 de Junho de 2004

d) 24 de Julho de 2008

Centro de Formação Jurídica e Judiciária
Direcção

9) Qual das hipóteses abaixo indicadas não constitui fonte de Direito da União Africana:

a) Direito Internacional de direitos humanos e dos povos
b) Declaração de *Grand bay* (Maurícias)
c) Carta das Nações Unidas
d) Declaração Universal dos Direitos Humanos
e) *Carta Interamericana dos Direitos Humanos*

10) Indique qual das preposições é incorrecta. "O Tribunal Africano tem competência sobre as seguintes matérias":

a) litígios relacionados com a interpretação e a aplicação da Carta, do Protocolo e de quaisquer outros instrumentos de direitos humanos pertinentes ratificados pelos Estados em causa.
b) Competência Consultiva.
c) Competência em Matéria Contenciosa.
d) *Competência em matéria penal como genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, entre outros.*

11) Aponte a proposição correta:

a) *A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, tem o mesmo valor jurídico que tem, no nosso sistema jurídico, todos os tratados internacionais ratificados por Moçambique.*
b) O direito da União Africana constitui o seu próprio sistema jurídico que integra-se ao sistema jurídico dos Estados membros.
c) O direito da União Africana impõe-se a soberania dos Estados membros.
d) O direito da União Africana tem, através da Carta Africana, impacto na elaboração e adopção das leis ordinárias na medida em que estas não podem contrariar aquela, em todas as matérias por adoptar.

Centro de Formação Jurídica e Judiciária
Direcção

12) A Convenção sobre os Direitos da Criança constitui um documento de direito internacional público que:

a) É aplicável a todas as pessoas com menos de 18 anos, residentes num determinado país, desde que este a tenha ratificado e se, salvo nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.

b) É aplicável a todas as crianças residentes num determinado país, substituindo-se as leis nacionais.

c) É um instrumento legal que obriga todos os países a respeitar e garantir os direitos das crianças nela previstos.

d) Representa um conjunto de princípios legais que não constituem um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem.

13) Moçambique como Estado parte à Convenção dos Direitos da criança deve garantir que as crianças suspeitas ou acusadas de ter infringido a lei penal, tenham, no mínimo, direito às seguintes garantias: (Indique as opções certas)

a) A fazer-se assistir gratuitamente por um intérprete, se não compreender ou falar a língua utilizada.

b) Presumir-se culpada até que a sua inocência tenha sido legalmente estabelecida.

c) A ver plenamente respeitada a sua frequência escolar em todos os momentos do processo.

d) Todas as anteriores

14) De acordo com a Lei da Família a idade mínima para ser adoptante é:

a) 25 Anos de idade.

b) 35 Anos de idade.

c) 45 Anos de idade.

d) Não há limites fixados.

Centro de Formação Jurídica e Judiciária
Direcção

15) A vigência de tratados e acordos internacionais na ordem jurídica moçambicana depende do preenchimento cumulativo das seguintes condições:

a) *Terem sido validamente aprovados e ratificados, publicação no Boletim da Republica e vincularem internacionalmente o estado moçambicano.*

b) Conformidade constitucional do procedimento, ratificação pela Assembleia da Republica e estarem em consonância com a Constituição da Republica

c) Serem assinados pelo Presidente da Republica ou Governo, publicação no Boletim da Republica e depósito legal.

d) Nenhumas das afirmações estão correctas.

II GRUPO

A Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (1990-1999), no seu artigo 7.º, estipula que todas as crianças que sejam capazes de comunicar as suas opiniões deverão ter garantia do direito à expressão, de forma livre, das suas opiniões respeitantes a todos os assuntos e a divulgar as suas opiniões, sujeitando-se a restrições prescritas na lei.

Que implicação poderá ter esse direito das crianças à participação nos processos judiciais? Partindo de uma visão genérica sobre o tema, análise, apoiando a sua argumentação em exemplos.

FACTORES A LEVAR EM CONTA NA ANÁLISE DA RESPOSTA

Na operacionalização deste princípio em processos judiciais envolvendo crianças a resposta deve, necessariamente analisar as dimensões do *como*, *onde*, *com quem*, *para quê dar a voz* as crianças.

- ✓ O princípio geral aqui em causa, ao ser aplicado, deve ter em conta a diversidade que marca a população infantil, portanto as crianças, tais como, a

Centro de Formação Jurídica e Judiciária
Direcção

idade, a condição social de pertença e nível de escolaridade, a familiaridade com posições de poder, a capacidade de expressão etc.,

- ✓ Analisar as garantias processuais de menores em conflitos com a lei e o devido processo legal;
- ✓ Citar os artigos da Carta que tratem do direito ou direitos em análise;
- ✓ Citar os preceitos da Lei de Protecção e Promoção dos Direitos da Criança bem como da Lei da Organização Tutelar dos Menores no que tange a participação das crianças em processos de tutela cível e de prevenção criminal;

Centro de Formação Jurídica e Ju... 8 Direcção